

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E BIOGRAFIA: A noção de humanização na constituição histórica do gênero

PRODUCTION CONDITIONS AND BIOGRAPHY: The notion of humanization in the historical constitution of genre

CONDICIONES DE PRODUCCIÓN DE BIOGRAFÍA: La noción de humanización en la constitución histórica del género

Fabiano Ormaneze

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Centro Universitário Metrocamp (Campinas, SP) e do Centro Universitário Anchieta (Jundiaí, SP).

ormaneze@yahoo.com.br

 0000-0003-1626-0299

Endereço para correspondência: Centro Universitário Metrocamp. Rua Dr. Salles de Oliveira, 1.661, Vila Industrial, Campinas, SP. CEP: 13035-500.

Recebido: 03.03.2020
Aceito: 05.04.2020
Publicado: 31.08.2020.

RESUMO:

Este artigo relaciona a noção de condições de produção, conforme definida pela Análise de Discurso Francesa, e a história da constituição dos gêneros biográficos como materialidade linguística. O objetivo é compreender de que maneira as condições de produção, ao comportarem o sujeito e as circunstâncias, produzindo imagens sobre o presente e o passado de personagens, constroem uma noção de humanização em cada momento da história, considerando os principais textos biográficos citados pelos historiadores do gênero. Assim, busca-se verificar como, apesar da transparência com que a palavra "humanização" tem sido usada em estudos da área de Comunicação, essa noção é fruto de projeções imaginárias construídas pela ideologia e sedimentadas na memória discursiva dos gêneros biográficos e jornalísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Humanização; Condições de produção; Discurso; Gêneros biográficos.

Introdução

As narrativas biográficas – compreendendo diversos gêneros, como os perfis, as biografias, as autobiografias, os obituários, as memórias e as narrativas de viagem – têm em comum o fato de estarem centradas na história de vida de um protagonista, a partir da qual são realizados recortes temporais ou temáticos. Por essa característica, costumeiramente, esses textos são compreendidos como exemplos de humanização, por se constituírem a partir de uma estética distinta dos textos mais tradicionais da imprensa ou dos relatos historiográficos. Por essa lógica, enquanto os textos tradicionais focalizam fatos, números e estatísticas, nos quais os personagens são apenas ilustrativos, nas narrativas biográficas é a história de vida do indivíduo que promove o aparecimento de tais informações.

Essa perspectiva de humanização, considerada alternativa ao discurso tradicional da imprensa ou da História, pode induzir, no entanto, a uma suposta obviedade ou transparência do termo, que não correspondem ao materializável pela linguagem, uma vez que o sujeito tem domínio apenas de parte daquilo que enuncia, sendo interpelado pela ideologia, nas condições de produção em que se encontra, como explicam autores como Michel Pêcheux e Michel Foucault.

Diante disso, este trabalho se propõe a refletir de que maneira as diversas condições de produção modificaram a noção de humanização em narrativas biográficas ao longo da constituição histórica do gênero. Parte-se do pressuposto de que, como um efeito de sentido, a humanização é produto das relações ideológicas e históricas. Para isso, esta análise promove um diálogo entre a teoria da Análise do Discurso Francesa (AD) e os estudos historiográficos sobre biografias.

O sujeito biografado e as condições de produção

A noção de condição de produção, oriunda da AD, é central para a reflexão sobre como os sentidos são produzidos em um dado momento histórico. Trata-se de uma noção que amplia a ideia de contexto, considerando tanto o sujeito quanto a situação:

A situação, por sua vez, pode ser pensada em seu sentido estrito e em sentido *lato*. Em sentido estrito, compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido *lato*, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. (...) Na prática, não podemos dissociar um do outro, ou seja, em toda a situação de linguagem esses contextos funcionam conjuntamente. (ORLANDI, 2010, p. 15)

Das condições de produção, fazem parte a memória discursiva – como o conjunto das formulações já feitas sobre determinado assunto e que determinam o dizer atual –, sendo ela o substrato das formações imaginárias sobre o que se fala ou, no caso de uma biografia, de quem se fala. Assim, no conflito entre ser um indivíduo empírico no mundo e tornar-se um sujeito de palavra (ORMANEZE, 2019), composto *por* palavra e *pela* palavra de alguém (o biógrafo), a construção de uma história de vida é também resultado da ideologia, materializada pela história. Realocando o conceito de Marx, a noção de ideologia para AD não é simplesmente a expressão da classe dominante, mas o local e o meio para a realização dessa dominação.

O sujeito biografado, assim, é fruto das condições de produção e da própria memória do gênero biografia, de tudo aquilo que já foi dito e construído sobre o gênero e as maneiras de fazê-lo ao longo da história, que hoje se constituem como pré-construídos, noção definida por Pêcheux, a partir da proposição de Paul Henry, “para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (PÊCHEUX, [1975] 2010, p. 89).

Se há um pré-construído sobre o sujeito que merece ser biografado, há também um pré-construído do que é preciso dizer sobre ele. É nesse ponto que compreendo a intersecção da ideologia, da história e da noção de humanização.

Breve história da biografia desde a Antiguidade

A história dos gêneros biográficos na história demonstra que esses textos fazem parte de um regime em que olhar para o passado dos biografados significa almejar por um presente e um futuro que tenham como característica a reprodução de modelos existentes e considerados válidos outrora.

Dosse (2015) considera que a biografia inscreve-se, da Antiguidade à Modernidade, “no respeito absoluto a uma tradição que se organiza na Antiguidade em torno de valores históricos; em seguida, com a cristianização, os valores religiosos é que se difundem, tomando por modelo as vidas exemplares” (p. 123). Assim, na definição de quem é o sujeito biografado, há o funcionamento da noção de memorável, definida por Guimarães (2002). O retorno a um passado se faz por meio de um recorte, que se constitui a cada novo ato de escrita, não apenas como uma lembrança, recordação ou rememoração, mas como ação de linguagem e uma nova temporalização. “Presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um

passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

A aparição de uma narrativa biográfica, como acontecimento enunciativo, não está no tempo, mas, criando uma diferença na sua própria ordem, constitui uma temporalidade, que faz com que o passado saia da indiferença e se constitua como um discurso emergente no presente. Portanto, o passado não é um ponto no tempo, mas uma memória.

Numa narrativa biográfica, são retomados valores, pessoas, características e acontecimentos, colocando-os numa nova relação com o passado, além de projetar um futuro, seja a quem entra em contato com esses textos, seja à própria memória sobre o biografado. Não se trata, portanto, de uma lógica de voltar ao passado apenas de modo cronológico, mas de também significá-lo de algum modo, de inserir o sujeito numa rede de formulações.

A história da biografia no mundo Ocidental, de acordo com Dosse (2015) e Burke (1997) começa no recorte de histórias de vida, (re)memoráveis, que acompanha, na Grécia Antiga, o desenvolvimento da Filosofia.

A criação de uma história de vida passa a ser uma forma de particularizar uma experiência, que ganha sentido a ser associada a um nome próprio. Isso porque, até o aparecimento dos textos de Isócrates (436-338 a.C.) e Xenofonte (431-354 a.C.), no século IV a.C,

O contexto da cidade grega não foi favorável ao desenvolvimento do gênero [biografia], porquanto, nos elogios fúnebres que lhe teriam sido propícios, os oradores não podiam mencionar os nomes próprios dos soldados mortos em combate. Apenas a identidade coletiva dos cidadãos devia ser invocada. Os conflitos narrados pelos historiadores gregos (...) são pontilhados, sem dúvida, por heróis cujo valor podemos avaliar nos relatos; mas, como tais, não são objeto de curiosidade, aparecendo unicamente como atores de um processo histórico que os ultrapassa e que constitui o alvo exclusivo do historiador. (DOSSE, 2015, p. 124)

A falta de nomeação do sujeito sobre quem se falava impede o indivíduo de ser colocado numa condição de existência, de um nome e um sujeito figurarem como memória, colocando-se o fato histórico como memorável, mas não seus atores. O nome próprio, como explicita Guimarães (2002), opera no processo de identificação social: “As pessoas não são pessoas em si. O sentido do nome próprio lhes constitui, em certa medida. O sentido constitui o mundo que povoamos. E o constitui enquanto

produz identificações sociais que são o fundamento do indivíduo enquanto sujeito” (GUIMARÃES, 2002, p. 41). É a presença de um nome próprio que une história e indivíduo, constituindo-o como sujeito, dotado de uma história a ser contada. Sem o nome próprio, não há biografado, porque não há particularização, pela linguagem, de um indivíduo do mundo empírico.

Nesse sentido, os textos de Isócrates e Xenofonte, ao serem os primeiros a citarem nomes próprios, conforme historiadores como Momigliano (1991) e Dosse (2015), representam o surgimento também do sujeito biografado. A relação entre nome próprio e biografado não é apenas uma questão linguística de nomear alguém, mas uma forma de atribuir sentido e identidade ao sujeito e para o sujeito-leitor.

Embora focalizem personagens e não grupos, as primeiras narrativas biográficas guardam semelhanças com a ação de falar da vida pública e não da vida privada. Isso se ilustra com o fato de que, nos textos de Isócrates e Xenofonte, o foco é “relatar a vida política de seus personagens, deixando na *sombra sua vida privada*” (DOSSE, 2015, p. 124, grifo meu). Esse modo de recortar o passado constitui-se não só como uma instituição do gênero biográfico, mas como a forma de eleger o que deve ser colocado como memorável na história de um homem grego, ou seja, sua vida pública.

Como uma experimentação do que seria, mais tarde, a biografia, esses textos são chamados na Grécia de *encômio (ecomium)*, produzidos como elogios a serem recitados no momento do sepultamento. “Isócrates dissimula os reveses do príncipe¹ e a forma violenta como encontrou a morte, a fim de não turvar a imagem de seu herói diante da posteridade” (DOSSE, 2015, p. 125). Na mesma linha, estão os textos de Xenofonte, que “procura apreciar as qualidades e a glória do rei desaparecido²” (MOMIGLIANO, 1971, p. 76).

A partir de então, durante toda a história, os gêneros biográficos vão se constituir em um movimento pendular, em que sujeitos e fatos, vida pública e vida privada alternam-se, distanciam-se, limitam-se, significando não só o passado, mas o momento de sua escrita e a perspectiva que se tinha, naquele momento, de futuro, a partir das condições de produção.

A incursão de Xenofonte pelo gênero não só promove o recorte de “memoráveis” de sua época – como Sócrates e o rei Ciro – como ele mesmo também

¹ O trecho se refere a Evágoras (410-374 a.C.), rei do Chipre. O texto focaliza os conflitos vencidos e os feitos do governo, apresentando o personagem como um protegido dos deuses. Deixa de lado quaisquer menções a derrotas, entre elas a queda do poder.

² Trata-se do rei Ciro (424-401 a.C.), chamado de “Jovem”, morto em batalha aos 23 anos. O texto de Xenofonte recebeu o nome de *Ciropédia ou A educação de Ciro*.

se coloca entre os hoje “memoráveis” da Antiguidade, principalmente quando se resgata o passado do gênero biográfico. A importância desses incipientes biógrafos gregos é tamanha que a produção de Xenofonte, por exemplo, faz parte dos únicos relatos, ao lado dos diálogos platônicos, que contam quem foi (ou teria sido) Sócrates, que, embora alçado ao nome de um dos pilares da Filosofia, nada deixou escrito.

Retomo aqui a importância do nome próprio na constituição de um gesto biográfico ao lembrar a figura de Sócrates. A menção a ele nos textos, associando ações a um nome próprio, é o que lhe dá existência e deixam determinadas ações particularizadas, como a descrição de sua condenação à morte por envenenamento. Ao vir acompanhado de um nome próprio, o fato desloca-se do geral e passa a ser recortado como memorável, não só pelo acontecido, mas pelo indivíduo que viveu o fato (ou teria vivido...).

O recorte dos biografáveis, na Antiguidade, emerge a partir de uma condição de produção que sugere “impedir que o passado dos homens seja esquecido com o tempo”, como diz o historiador Heródoto (*apud* DOSSE, 2015, p. 126). Nesse enunciado, tem-se “o passado dos homens”, o que demonstra a relação entre biografia e as coisas-a-saber, marcada também por interdições – como ocorrem com nomes e, por conseguinte, biografias banidas ou impedidas por ditaduras – e por silenciamento, que, no dizer de Orlandi (1993), funciona como uma política de sentido que se define “pelo fato de que, ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mais indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (p. 73).

A exemplo do que Foucault ([1971] 2004) diria, de que não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar, também não é sobre qualquer um que se pode escrever. O “passado dos homens” é, na verdade, o passado daqueles que adquirem o caráter de “memoráveis” e aquilo que, quem escreve, pelas condições de produção e pela ideologia, faz valer como passado. A finalidade de tais textos, na Antiguidade, é marcar aqueles que não devem ser esquecidos, escolher o que a posteridade deve conhecer e guardar sobre determinados indivíduos. Nesse sentido, é emblemático o título de uma das mais importantes obras de Xenofonte: “Ditos e feitos memoráveis de Sócrates”.

Como diz Foucault ([1972-1973] 2015), há nesse ponto todo um “arquivo biográfico que se constitui”, dizendo como deveriam ser os indivíduos e sua atuação. Vale lembrar ainda que, desde aquele período, a escrita de muitas biografias tinha uma relação financeira, em que o biografado, que desejava ser memorável, pagava pela

escrita. A relação de financiamento entre esses mecenas da biografia e seus biografados fez, inclusive, com que o gênero fosse considerado menor por muitos historiadores.

Como acontecimento discursivo, o surgimento da narrativa biográfica não deixa de afetar as formações imaginárias sobre quem é o sujeito, apresentando-se, em cada momento, como a materialidade da noção de humanização. Nesses primeiros textos biográficos gregos, os biógrafos “não exploravam as fontes presentes na casa de Alexandre, o Grande, por exemplo, e sim os sinais dos céus no dia de seu nascimento” (VILAS BOAS, 2002, p. 33). Por outro lado, isso oferece pistas sobre a gênese de duas das características que, em geral, são sempre associadas aos biografados que, como efeito de sentido, garantem sua notoriedade e relevância: a ideia de um fatalismo e de uma extraordinariedade, pelas quais esses memoráveis estariam fadados ao sucesso e seriam, por algumas de suas características, superiores à ordem comum da maioria dos seres humanos.

Em Roma, no primeiro século da Era Cristã, viveu Plutarco, considerado um dos maiores biógrafos da Antiguidade, com suas obras influenciando autores e políticos séculos à frente, entre eles Napoleão Bonaparte (1769-1821), que fez dele “seu modelo e carrega(va) na mochila, em todos os pêniplos de sua grande aventura, os volumes de *Vidas Paralelas*” (DOSSE, 2015, p. 127). O livro a que se refere o autor é um compêndio de 51 biografias de homens gregos e romanos, considerados por Plutarco como “ilustres”.

Dosse (2015) lembra ainda que historiadores, até o Renascimento, verão a obra de Plutarco como obrigatória para a compreensão do período clássico e uma espécie de culto aos memoráveis. O discurso modelar e a ênfase aos aspectos moralizantes ficam nítidos quando se nota a estrutura da obra: a escrita se constitui em pares, sempre comparando o que seriam, pelo funcionamento ideológico, os méritos e os defeitos de um grego e de um romano.

A produção desses discursos biográficos na Antiguidade não só é marcada pelo recorte dos memoráveis, mas também pelos pré-construídos sobre esses personagens. Poucas eram as fontes de informação acerca dessas vidas e, assim, os relatos foram escritos a partir da circulação de discursos sobre tais biografados, num duplo processo de reafirmação. Ao mesmo tempo em que é constituído a partir de uma memória, ao materializá-la em texto escrito (de acesso a poucos, no período, diga-se), sacraliza-se o biografado e se produz um efeito de verdade àquilo que antes circulava oralmente,

pelo “espaço móvel de divisões, disjunções, deslocamento, retomadas e conflitos de regularização” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 56).

A forma de dizer, na relação constitutiva com a memória discursiva, retoma a presença dos discursos dominantes, que, da posição em que se encontra o biógrafo, coloca-se como determinante do que é a história do sujeito. É o que se verifica, por exemplo, na análise feita por Dosse (2015, p. 131) sobre a obra de Plutarco:

O que Plutarco faz não é tanto o elogio deste ou daquele indivíduo, mas a glorificação de certo número de virtudes encarnadas nas vidas que conta. O que ele acompanha não é a evolução do caráter do *herói* ao longo da existência e sim a maneira como as virtudes são postas à prova em diferentes contextos. (grifo meu)

O que se percebe, nesse trecho, é a preocupação em construir um modelo moral para uma determinada geração, a partir daquilo que se considera como virtude. Por mais que o trecho implique que o trajeto de Plutarco não é a “evolução do caráter”, a construção desse modelo moral, repetido em constantes enunciações, cria a representação de um herói, a qual as diferentes posições-sujeitos e as condições de produção farão com que signifique diferente em cada momento. Assim, o herói da Antiguidade é o rei intrépido, o soldado destemido, o filósofo; na Idade Média, ele é o santo; na Modernidade, o responsável pelos limites das nações. Da mesma forma, esse herói, no espaço biográfico da contemporaneidade, instaura-se entre o discurso moral-religioso, o sucesso econômico e o culto às personalidades do espetáculo.

Para fixar-se como discurso de verdade, Suetônio (69-114 d.C), outro biógrafo romano da Antiguidade, buscou nos métodos historiográficos a credibilidade de seu dizer. Estar na verdade, para dizer a verdade, como diria Foucault ([1971] 2004). Suetônio procura dar “mostras de querer sempre obter a informação autêntica de todas as fontes possíveis, o que o aproxima da pesquisa histórica” (DOSSE, 2015, p. 134). Não obstante, há ainda a preocupação com um modelo de escrita “que mantém o leitor em constante atenção e é fonte de projeção de identidade” (DOSSE, 2015, p. 134). Com isso, nota-se que a imbricação da narrativa biográfica com a História e com a Literatura foi determinada a partir de condições de produção que não só projetavam um modelo de ser humano, mas que consideravam discursos de verdade naquele dado momento.

Há ainda uma nítida relação entre poder político e narrativa biográfica. Isso se revela, por exemplo, na escrita de Suetônio, quando ele passa a fazer denúncias sobre pessoas até então intocáveis. É o caso da forma como escreve sobre Júlio César (100-

44 a.C.), a quem dedica páginas para falar sobre o que seriam consideradas aberrações sexuais e crueldades. Isso leva a crer que ele “escreve sobre o passado de Roma com a intenção de esclarecer e apoiar o jogo político (...) de sua época, de que ele mesmo participa como ator” (DOSSE, 2015, p. 135). Suetônio, além do biógrafo, foi também um general que atuou à frente de batalhas por territórios.

A religião como condição de produção na Idade Média

A relação entre o discurso biográfico e o poder fica ainda mais evidente na Idade Média, quando surgem e prosperam as chamadas “hagiografias”, narrativas sobre a vida de santos. Como lembra Almeida (2000), nesses textos, que incidem diretamente na formação da ideologia cristão-católica, “o extraordinário e o miraculoso são narrados sob o pretexto de um fim, cujos sentidos são dados de antemão ao leitor. (...). O episódio narrado atinge, além do propósito de estabelecer uma norma de fé e prática, o caráter também (in)formativo” (ALMEIDA, 2000, p. 27).

Percebe-se, nesse movimento, o aparecimento de outro polo detentor da verdade: a religião. O que se esperava de um hagiógrafo não era que a verdade sobre os personagens se evidenciasse pela credibilidade de suas fontes ou de seu compromisso historiográfico, mas sim por elementos verificáveis e plausíveis pela fé, elemento que atribuía verossimilhança a qualquer relato miraculoso:

Ao evitar uma abordagem de contexto, que muitas vezes permitirá ao leitor a percepção de que o acontecimento na vida do santo era algo corriqueiro naquele período, o autor concede mais facilmente extraordinariedade à vida do personagem sobre o qual escreve. (ORMANEZE, 2015, p. 45)

Tem-se, novamente, a preocupação com o que pode servir de modelo, introduzindo a relação entre narrativa biográfica e identificação. Como explicita Almeida (2000), o sujeito-leitor das narrativas hagiográficas, ao assumir a posição de sujeito-fiel, busca uma relação especular entre sua vida e a trajetória relatada sobre o santo. Há, inclusive, no caso dos convertidos, a possibilidade de uma identificação com o que ainda não é, mas pode vir a ser, haja vista que muitas narrativas hagiográficas têm seu foco em demonstrar a conversão e a mudança de uma vida considerada profana para outra, tida como santa. Ler essas narrativas “é assumir a posição sujeito-fiel e, ao mesmo tempo, aspirar ao alçamento à posição sujeito-santo” (ALMEIDA, 2000, p. 109).

Como parte desses relatos dedicava-se a narrar os milagres realizados pelo santo após a morte, eram apresentados sinais de que, naquele contexto de fé, constituíam-se como provas de que se estava “na verdade”. Essa visão medieval do gênero biografia permaneceu cristalizada, como prática e como memória, durante séculos, inclusive, após o Renascimento, quando muitos dos valores anteriores foram repensados e refutados.

Clifford (1962, p. 10), ao fazer um histórico das biografias na Inglaterra, diz que os biógrafos, mesmo quando não tratavam da vida de um santo, até o final do século XVIII, tinham a clara finalidade de edificar a imagem de um personagem, segundo a ética cristã: “Ao descrever uma pessoa verdadeiramente santa, suas obras teriam êxito ou fracasso na medida em que ensinassem a virtude cristã e fortalecessem a fé vacilante”. Se, outrora, o poder da Igreja era determinante nas relações sociais e, aliada ao poder político, ao se constituir como um aparelho ideológico (ALTHUSSER, 2010), a hagiografia/ biografia torna-se uma arma retórica, capaz de fortalecer esse poder, ao oferecer discursos modelares e instrucionais sobre como se deve viver.

Da mesma forma que, desse espaço, colocavam-se parâmetros para a escrita hagiográfica, tornava-se inconcebível escrever uma autobiografia no período medieval. “A escrita de si é *quase sempre* repudiada, porque a santidade supõe a humildade, o desaparecimento do ego para dar lugar ao outro ou aos outros, que tomam a cargo a figura do santo depois de sua morte” (DOSSE, 2015, p. 139, grifo meu).

A citação desse autor considera um furo nessa determinação de pressupor o “desaparecimento do ego”. O “quase sempre” a que se refere abre a possibilidade para pensar em construções como *Confissões de Santa Tereza*, uma autobiografia em que é descrito o encontro de uma mulher (Teresa d’Ávila) com Deus e que, posteriormente, foi transformado em texto canônico. Só se é santo quando se é (d)escrito por outros ou quando o relato autobiográfico é capaz de relatar o encontro do humano com o divino e, assim, ser inscrito no conjunto de textos delimitados como possíveis e aceitos pela Igreja Católica.

Assim, estando em funcionamento o conjunto de formações imaginárias que definem os lugares que “A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, [1969] 1990, p. 82), nota-se que a “hagiografia pressupõe, de um lado, uma comunidade de crentes à qual o autor se dirige e, de outro, uma relação hierárquica” (DOSSE, 2015, p. 140).

O discurso hagiográfico circula durante toda a Idade Média, mas não só. Ainda hoje, as narrativas sobre a vida de santos têm penetração social e fazem parte do imaginário e dos discursos sobre moralidade. Em última instância, o texto mais lido e traduzido do mundo, a partir do qual se estabeleceram relações de poder que não só instauram, mas também perpassam toda a Era Cristã, também se constitui com características biográficas: a Bíblia, notadamente a parte dedicada à vida de Jesus Cristo é dotada de numerosas referências biográficas, alegorias e artifícios históricos. Há de se refletir aqui sobre o que foi relegado à categoria de memorável na vida de Cristo, ganhando a chancela de oficial, enquanto outros tantos textos foram excluídos das referências canônicas, relegados à categoria de apócrifos.

Como uma fábrica de memoráveis e heróis, a história do gênero passa pelo fim da Idade Média fazendo surgir a chamada “biografia cavaleiresca”, que “celebra como heróis os cavaleiros cujo empreendimento social passa a desafiar o primado dos clérigos e, frequentemente, a contestá-lo” (DOSSE, 2015, p. 152). Num período de grande tradição oral, muitos desses textos vão se basear menos em depoimentos ou documentos e mais naquilo que circulava socialmente sobre determinados personagens:

À diferença do santo na hagiografia, o indivíduo não é aqui o habitáculo da voz divina, mas seu sopro épico deve muito à atenção de Deus, que é a todo instante seu protetor e sua armadura, permitindo-lhe superar a corrida de obstáculos. Para o biógrafo, o cavaleiro é um eleito de Deus cujo percurso está todo balizado de provas dolorosas. Ele deve, com efeito, enfrentar intrigas e traições ao preço de inúmeros ferimentos físicos e psíquicos. (DOSSE, 2015, p. 153)

Nessa fase, estão as primeiras influências de um nascente sentimento de individualismo, uma das características centrais do período do Renascimento, que, entre outras características, faz reavivar o culto aos “grandes homens” da Antiguidade, mas também realiza um movimento no que se constitui como “herói”.

O culto aos grandes homens: a biografia no período revolucionário

A retomada da construção do herói nacional e do individualismo por meio da biografia encontra um bom exemplo na obra de Nicolau Maquiavel (1469-1527), que escreveu uma biografia do duque de Lucca, Castruccio Castracani (1281-1328). Esse trabalho curto, com cerca de 20 páginas, muitas vezes foi republicado no mesmo volume e na sequência de *O príncipe* (1513). Se a obra central do escritor italiano é um

tratado sobre a manutenção do poder político pelos monarcas, a biografia que ele escreveu de Castraccani tem como objetivo “discriminar o bom do mau Príncipe, mostrando que qualidades morais incontestáveis podem adquirir valor negativo quando mal-assimiladas. (...) A verdade factual importa pouco, dissipando-se ante as exigências da demonstração dos valores a promover” (DOSSE, 2015, p. 157).

Na mesma direção da produção de sentidos valorativos sobre o sujeito, na França, o rei Luís XIV (1638-1715) tem um historiógrafo capaz de difundir as obras do reinado. Mais do que um cronista da época, “os projetos de vida do monarca se multiplicam na medida em que ele encarna, sozinho, o poder estatal” (DOSSE, 2015, p. 158). Na empreitada de personalizar e ser ele mesmo o próprio poder, a biografia é um dos artifícios usados pelo monarca para dar sentido ao autoritarismo que marcou seu reinado, um dos maiores da história europeia, com 72 anos de duração.

Paul Pellisson (1624-1693) tornou-se o biógrafo oficial do rei, dando origem à obra *Histoire de Louis XIV*, de 1676. Marin (1981) narra a negociação de Pellisson com o rei: a proposta era convencer o monarca de que o biógrafo era necessário e que o registro de sua história lograr-lhe-ia vencer a efemeridade do tempo: “Para maior credibilidade, não é o caso de atribuir-lhe [ao rei] epítetos e elogios magníficos, que, aliás, ele merece; convém, antes, arrancar esses elogios e epítetos da boca do leitor, pela exposição dos fatos em si” (*apud* MARTIN, 1981, p. 50).

Como discurso, o relato biográfico está sujeito às instâncias da constituição, da formulação e da circulação. Na constituição, entram em jogo não só a posição do autor, mas também as formações imaginárias e os efeitos de pré-construídos, presentes na memória sobre determinado sujeito e as características que o inserem na categoria de “memorável”. Na formulação, está posta a determinação ideológica, que interpela o sujeito-autor, promovendo a seleção, parcialmente consciente, do que deve ser dito. Na circulação, está a capacidade de, como discurso, passar a figurar como memória e produzir sentidos nos locutores.

Nessa perspectiva, estão presentes o questionamento sobre os lugares ocupados pelo rei, por seus súditos e pelo biógrafo, que exerce, nesse caso, a função de mediador entre essas imagens, uma vez que ele não só escreve a partir delas, mas, em seu processo de escrita, busca reforçá-las ou adequá-las aos interesses monárquico-autoritários.

É essa lógica dos lugares em que se está e, a partir do qual, aparecem os personagens a serem biografados, que, como forma de reforçar a identidade nacional,

os iluministas e os revolucionários de 1789 também encontraram seus biografados, embora com uma diferença no que se apresenta como o lastro sustentatório desses dizeres sobre o passado: “Os grandes homens vêm em primeiro lugar e os heróis, em último. Chamo grandes homens àqueles que se superaram no útil e no agradável. Os saqueadores de províncias são apenas heróis” (VOLTAIRE *apud* FABRE, 1999, p. 239-240).

Como polo de poder, Napoleão Bonaparte, ao assumir o governo pós-golpe de 1799, “logo compreendeu a necessidade de fabricar seu próprio ícone (...). Ele cuida tanto das representações de si próprio e de seus feitos que, havendo necessidade, inventa-os” (DOSSE, 2015, p. 163). Na época, serão comuns as narrativas biográficas que demonstram que o “grande homem é aquele que consegue fazer coincidir sua determinação pessoal com a vontade coletiva de uma época” (p. 169). O que se nota, portanto, é que, ao fazer a história, o relato biográfico, sendo consultado, (re)lido e tomado como referência, possibilita a permanência de determinados discursos e coloca outros (não só do ponto de vista de alguns personagens, mas também de posições, posturas e fatos) em posição de silenciamento. O memorável toma, assim, a postura daquilo que emerge do passado para, entre tantos outros, tomar forma de presente.

Foi no século XVIII que, efetivamente, com a “consolidação do Capitalismo e da ordem burguesa, começa a se afirmar a subjetividade contemporânea” (ARFUCH, 2010, p. 28), fator de importância salutar na constituição dos gêneros biográficos, “por meio de uma constelação de formas de escrita autófaga” (idem), como as confissões, as autobiografias, os diários íntimos, as memórias e as correspondências.

Do ponto de vista cronológico, somente no final do século XVIII, a história da biografia toma outro turno, enquanto conteúdo, embora a vinculação às relações de poder seja mantida.

Em 1791, foi publicado *The Life of Samuel Johnson*, de James Boswell. Esse livro continua sendo relançado e merece a atenção de críticos literários. O biografado é um dos mais importantes críticos de Literatura do período, tendo também atuado como jornalista na Inglaterra. Entre as diferenças do ponto de vista de conteúdo, na biografia escrita por Boswell, está a retomada do discurso historiográfico como domínio de verdade.

De acordo com Vilas Boas (2002), entre as inovações, está o fato de o biógrafo, numa espécie de metapoética da biografia, produzir reflexões sobre como narrar uma

vida, expor ao leitor os obstáculos da investigação e incluir cartas, documentos, conversas e entrevistas com Johnson. Percebe-se aqui uma tentativa de fazer com que a biografia demonstre seu valor como relato histórico, incluindo no texto a fonte das informações. Tais valores coincidem com o efeito de verdade que o Jornalismo começa a produzir no mesmo período.

Os sujeitos biografados na modernidade: outros poderes

O percurso histórico apresentado até aqui evidencia uma relação constituída entre o fazer biográfico colocado no limiar da História e da Literatura. Por esse motivo, inclusive, em vários momentos, historiadores consideravam a biografia um gênero inferior, por não estar circunscrita aos domínios disciplinares, que lhe garantiriam as provas de verdade. A partir do século XVIII e, sobretudo, do XIX, com o surgimento da imprensa moderna, a biografia encontrou outro campo para confrontar-se ou alinhar-se: o Jornalismo.

O século XVIII, na Europa, coincide com o surgimento dos jornais e revistas, que, além de expor opiniões, apresentam relatos sobre fatos. Surge, nesses suportes periódicos, a chamada “notícia biográfica”, utilizada para anteceder a crítica literária nos incipientes cadernos e periódicos culturais. Esses textos curtos apresentavam dados biográficos do autor dos livros resenhados, com o intuito de mostrar ao leitor de quem se falava e quais suas características enquanto ser humano (DOSSE, 2015). De toda forma, trata-se de uma espécie de discurso de legitimação, permitindo incluir o escritor nos domínios de verdade, de acordo com características valorizadas na posição em que o jornal e os leitores se colocavam. Na mesma época, na França, um historiador, Jules Michelet (1798-1874), recolhia, para a revista *Le Peuple*, relatos de gente do povo de todo o país.

A popularização dos veículos de imprensa, com a necessidade de produção diária, o consumo imediato e o início da inserção de práticas industriais na produção jornalística, a partir do século XIX, fizeram com que, cada vez mais, crescesse a publicação de histórias de vida nas gazetas, principalmente, as publicações mais populares, que viam nesses gêneros uma forma de angariar leitores curiosos pelo modo de vida da burguesia e dos homens considerados ilustres.

Entretanto, esse processo fez surgir certo desprestígio do texto biográfico entre os historiadores. Dosse (2015) lembra que “o século XIX, século da História, não foi propício ao desenvolvimento pleno das biografias eruditas. Gênero inferior e

desprezado, a escrita biográfica fica relegada aos amadores” (p. 195). Por outro lado, o discurso escolar passa a adotar a biografia como uma das formas de ensinar. Procurava-se fortalecer o discurso nacionalista por meio do culto a homens elevados à categoria de heróis.

Nesse período, nos Estados Unidos, começaram a ser publicadas na imprensa periódica as chamadas “biografias curtas” (WEINBERG, 1992), um antecessor do gênero hoje conhecido com “perfil”. Esse fato e a produção imediatista do Jornalismo fizeram com que os historiadores – cada vez mais preocupados com o discurso de verdade e a validação de suas informações – distanciassem-se do gênero. Como ilustração de tal fato, na França, a *Revue Historique*, órgão de referência dos historiadores à época, dedica apenas 8,6% de seu conteúdo às biografias (DOSSE, 2015). Essa série de fatores fez com que a biografia se tornasse “o local de refúgio da historieta, do relato puramente anedótico, sem outra ambição que encantar e distrair” (DOSSE, 2015, p. 181).

Percebe-se aí, também, que o viés disciplinar, conforme o conceito foucaultiano, marcará a produção intelectual no século XX, ou seja, tanto Jornalismo quanto História e, por conseguinte, o fazer biográfico, colocaram-se em busca de condições para entrarem no campo da verdade. Ao mesmo tempo em que a História se distancia do fazer biográfico nesse período, o Jornalismo se aproxima, propondo que seus métodos garantiriam a verdade, como capazes de registrar e reportar o real de modo objetivo.

Nos Estados Unidos, país no qual a imprensa brasileira se inspirou em sua configuração no século XX, a prática de publicação de textos sobre pessoas, famosas ou não, começou no início do século XIX, quando o jornalismo estadunidense descobre o interesse dos leitores por um dos subgêneros biográficos, o obituário, uma espécie de descendente do encômio grego.

O sucesso dos obituários, o crescimento do individualismo e a necessidade de produção industrial e diária pela imprensa, obrigando-a a novos e constantes recortes da realidade, fizeram com as narrativas biográficas passassem a ser publicadas com frequência pelos jornais e revistas, principalmente, no formato de perfis. Um dos primeiros nomes lembrados como autores dessas narrativas nos Estados Unidos é o jornalista Joseph Mitchell (1908-1906), contratado para trabalhar na revista *The New Yorker*, em 1934.

Mitchell implantou um novo tipo de indivíduo como personagem: não apenas o “ilustre” e o “grande homem” das narrativas biográficas já consolidadas, mas o insólito ser humano desconhecido, capaz de, pelo efeito de verdade do Jornalismo, e pela escrita literária realista, produzir humanização e identificação. Aqui, a humanização refere-se, pois, a outro efeito de sentido: não o discurso modelar ou formativo, mas aquele sobre o cotidiano e os fatos vivenciados na vida ordinária pela maioria das pessoas.

Os dois perfis escritos por Mitchell mais lembrados e mencionados hoje são aqueles que, após merecerem espaço na revista, ganharam outra materialidade, o livro, e continuam sendo republicados: são dois perfis, originalmente de 1942 e 1964, de Joe Gould, um boêmio nova-iorquino, preocupado em escrever a história da humanidade. Fato semelhante ocorre com outro escritor de perfis, Lincoln Barnett (1909-1979), que trabalhou na revista *Life* entre 1937 e 1946. O texto mais difundido do jornalista é *The Universe and Dr. Einstein*, de 1948, em que traça um perfil do cientista, logo após a bomba atômica atirada em agosto de 1945 pelos Estados Unidos sobre Hiroshima, no Japão, durante a Segunda Guerra Mundial.

Esses fatos fazem refletir sobre dois aspectos: primeiramente que o caráter efêmero do Jornalismo faz com que esses textos se percam na mesma proporção da periodicidade dos veículos em que foram publicados. Além disso, está o fato de que as instâncias de poder são capazes de determinar quem está “na” e quem fará parte “da” história, tendo a narrativa de sua vida constantemente reconsultada e até mesmo recontada. Para saltar-se como visível no arquivo biográfico, é também preciso encontrar-se no lugar do qual é permitido fazer (re)circular determinados aspectos do passado. A produção de uma biografia, por mais que se coloque como propósito a eternizar um sujeito, só terá tal efeito se as práticas de leitura e de acesso ao arquivo a incluírem no plano das lembranças.

Na Europa, a multiplicidade de movimentos e tendências teórico-filosóficas emergentes na Modernidade fez com que, na visão de Dosse (2015), surgissem também outros movimentos em relação às narrativas biográficas, que vão desde a negação à adaptação a outros campos, como a Filosofia e a Psicanálise.

Isso coloca mais uma vez em evidência o jogo das formações imaginárias e das condições de produção a produzirem sujeitos de palavra. O Marxismo, por exemplo, ao destacar a luta de classes, não reserva lugar significativo às lógicas e às narrativas individualizadoras. O crítico literário George Lukács (1885-1971), de inspiração

marxista, dedicou um capítulo ao gênero biográfico na obra “O romance histórico”, de 1947, produzindo uma espécie de aporia aos gêneros biográficos, à medida que considera que essas narrativas são incapazes de “mostrar as grandes relações sociais objetivas e seus reflexos na ciência e na arte”, uma vez que a literatura deve, “ao contrário, preceituar com todo rigor a necessidade de descrever as grandes relações objetivas” (LUKÁCS, [1947] 1977, p. 349).

Naquilo que Dosse (2015) chama de “biografia intelectual”, a crítica aporética à narrativa biográfica tem voz em diversos grupos filosóficos: “O homem de ideias se deixa ler por suas publicações não por seu cotidiano” (DOSSE, 2015, p. 361). O caso mais expressivo é o de Henri Bergson (1859-1941), que deixou publicadas instruções contrárias à escrita da biografia dele, dizendo ser inútil informar quais dados sobre a vida deveriam ser contados. Segundo escreveu, caso houvesse alguma obra biográfica, ela deveria “insistir no fato de que sempre pedi para não se ocuparem na minha vida, apenas de meu trabalho” (*apud* DOSSE, 2015, p. 361).

O historiador francês Jean Maitron vê, de outra posição, a narrativa biográfica como uma possibilidade de resistência. Em 1955, ele teve a ideia de lançar um dicionário, que daria origem a uma série, denominada *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français*, com 43 volumes lançados entre 1966 e 1994. São cerca de 110 mil notas biográficas, com histórias de vida desde a Revolução Francesa. O historiador Claude Penner, que assumiu a organização dos volumes após a morte de Maitron, em 1987, escreve que o dicionário é composto “de biografias importantes, cientificamente estabilizadas e de notas mais curtas, que guardam a memória de um nome” (PENNETIER, 1994, p. 169). Mais uma vez, tem-se uma forma de reafirmação e projeção da ideia da biografia como um retrato, uma relação que se propõe como transparente entre a vida e a narrativa.

Sigmund Freud (1856-1939), Jean-Paul Sartre (1905-1980) e Jacques Le Goff (1924-2014) são insígnias na definição de outros caminhos para a escrita biográfica, cada qual a adaptando ao campo de suas teorias. Dosse (2015) lembra que Freud e colegas dedicavam algumas sessões de debate ao estudo de narrativas biográficas. O pai da Psicanálise também se dedicou, a partir de relatos históricos, a escrever uma versão da história de vida do personagem bíblico Moisés. Freud se vê fascinado pela história, em busca de explicações para o antissemitismo durante a Segunda Guerra Mundial (FREUD, [1939] 1975).

A temporalidade desponta como foco, mostrando que os fatos não dependem de uma sucessão cronológica, que opõe passado e presente, mas estão ligados por uma coexistência. Antes disso, em 1933, Freud, em parceria com o embaixador estadunidense William Bullit (1891-1967), também usou a narrativa sobre a vida do presidente Thomas Wilson (1856-1924), para abordar e aplicar as categorias analíticas, então em desenvolvimento. A obra é, hoje, inclusive, considerada uma das formas introdutórias ao pensamento freudiano (SOCHA, 2018). A relação de Freud com a escrita biográfica veio à tona recentemente, quando foram encontrados manuscritos inéditos que, especula-se, pertencem à versão original da obra sobre Wilson, cuja publicação só foi autorizada pela viúva do biografado com supressões. Mesmo com a retirada de trechos, Freud e Bullit tiveram que esperar a morte da mulher, em 1965, para publicar o livro, sobretudo por menções a tópicos de natureza sexual, como homossexualidade.

Sartre, por sua vez, usa a biografia para difundir os princípios existencialistas. “Sartre valoriza, pois, a parte reflexiva da retomada de sentido pela pessoa que pensa sobre si mesma” (DOSSE, 2015, p. 231). Dessa forma, o filósofo francês publicou biografias de escritores como Charles Baudelaire (1821-1967), em 1947, e Jean Genet (1910-1986), em 1952. Além disso, ele deixou inacabados três volumes sobre a vida de Gustave Flaubert (1821-1880). Na tentativa de contar vidas, Sartre expunha a perspectiva filosófica: “Cada acontecimento nos devolve o reflexo dessa totalidade indecomponível que ele [o sujeito] foi do primeiro ao último dia” (SARTRE [1947], 2000, p. 223).

No bojo do movimento da Nova História, Le Goff também propôs uma escrita biográfica, produzindo uma narrativa sobre a vida de São Luís (1214-1270), publicada em livro em 1996, considerada o “retorno da historiografia francesa à biografia” (SANTOS, 2001). No entanto, os objetivos estão menos centrados no sujeito biografado. “A biografia só me atrai quando posso (...) reunir em volta do personagem documentos capazes de esclarecer uma sociedade, uma civilização, uma época” (LE GOFF, 2003, p. 133).

A imprensa do século 20 e a narrativa biográfica brasileira

Localizando agora, no Brasil, esse percurso pelas condições de produção que fazem emergir a narrativa biográfica, figuras como Joel Silveira (1918-2007), um dos principais repórteres da história do jornalismo no país, também se dedicaram à escrita

de narrativas biográficas, notadamente em revistas como *Dom Casmurro*, *Diretrizes* e *O Cruzeiro*, entre as décadas de 1930 e 1960. Silveira produziu textos sobre figuras conhecidas, como Getúlio Vargas (1882-1954) e Graciliano Ramos (1892-1953) e anônimos, embora esses últimos tenham sido excluídos de agrupamentos sobre a obra do jornalista, em recentes antologias publicadas no formato de livro.

O espaço biográfico na imprensa brasileira foi, como todos os gêneros jornalísticos, bastante influenciado pelo jornalismo dos Estados Unidos. Desse modo, torna essencial retomar a importância de nomes estadunidenses que caracterizaram a produção de perfis a partir dos anos 1960 e 1970, como é o caso de Gay Talese e Tom Wolfe, nomes associados ao movimento do *New Journalism*.

Talese e Wolfe, entre outros veículos, atuaram em revistas como a *Esquire* e *The New Yorker*, nas quais também se dedicaram à escrita de perfis. Nesse período, esses jornalistas exerceram influência no estilo dos textos produzidos em revistas e jornais brasileiros, principalmente a revista *Realidade*, que circulou entre 1966 e 1976, e nos primeiros anos do *Jornal da Tarde*, fundado em 1966 e extinto em 2012.

Durante os anos 1960 e 1970, o espaço dedicado a perfis na imprensa e a valorização das narrativas biográficas, sobretudo em livros, contribuíram para que o gênero ganhasse notoriedade. Entre os fatos que comprovam esse reconhecimento está a vitória do jornalista Robert Caro no Prêmio Pulitzer, o principal da área de Comunicação nos Estados Unidos. Até 1975, na categoria biografia, essa premiação só havia outorgado o título a historiadores:

O lançamento de *The Power broker: Robert Moses and the fall of New York* (1975) (...) gerou comentários entusiásticos nos meios de comunicação americanos. A obra de estreia do repórter no território da biografia foi aclamada como a que melhor expressou a união do historiador com o artista. (...) Caro empregou recursos literários para dar suporte à cronologia da vida do urbanista do modo que ele a viveu. Baseado em documentos inéditos e com narrativa instigante, retratou a época tanto quanto o próprio Moses. (VILAS BOAS, 2002, p. 24)

Até esse período, os autores de biografia em formato de livro, em geral, eram especialistas em alguma área. Eles decidiam escrever sobre alguém que dera sua contribuição ao campo do conhecimento, de que ambos, biógrafo e biografado, faziam parte. De acordo com Oates (1990), os biógrafos desse período estavam mais interessados em oferecer uma interpretação nova sobre sua especialidade. Assim, a preocupação, geralmente, era menos com a vida e mais com a obra. "Para esses

autores, a biografia serve fundamentalmente como exibição de sua própria erudição. O resultado é uma biografia pobre, que talvez nem seja uma boa história ou uma boa crítica” (OATES, 1990, p. 12).

Atualmente, tanto no Brasil quanto no resto do mundo ocidental, a maioria dos biógrafos vem do Jornalismo (VILAS BOAS, 2008). São, costumeiramente, repórteres um pouco mais experientes que, se estão nas redações, desempenham funções como repórteres-especiais, ou, então, são aqueles que, depois de trabalharem por anos em periódicos, dedicam-se apenas à produção de livros, biografias e colunas opinativas.

Pensando o gênero biográfico como um lugar de (des)encontros

A história de um sujeito biografado é sempre mal contada e nisso não há uma incapacidade ou inabilidade do sujeito que escreve ou dos materiais e recursos a que teve acesso. Essa incompletude da narrativa biográfica é derivada, de um lado, da multiplicidade a que todo sujeito se coloca e, por outro, pelo vão existente entre o objeto ou indivíduo e a palavra, seu signo. Ser sujeito é ser múltiplo, transmutar-se sempre noutra e está aí o ato de linguagem a que se submete na escrita.

A narrativa biográfica está relacionada a um efeito de completude e de fecho. Narrar uma vida é dar vida a uma narrativa, que, como tal, produzirá sentidos de que se trata da história do sujeito, quanto mais conseguir produzir efeitos de que toda a vida está contada e quanto menos estiver sujeita a reviravoltas ou a contestações, seja pela descoberta posterior de fatos históricos, pela falta de comprovação do que é contado ou pela inscrição do biógrafo e do leitor em posições ideológicas distintas. Assim, uma biografia se coloca como lugar de articulação de uma escrita “da” história apenas se considerada como uma (res)significação do passado, em um inacabável movimento de sentidos entre as vidas do biografado, do biógrafo e dos leitores.

Coloca-se em questão a escrita como sempre autobiográfica, materializando sentidos de um sujeito-autor para um sujeito-interlocutor. Assim, a identificação que possibilita a ideia de humanização torna-se mais uma evidência de sujeitos que escrevem e leem numa mesma posição ideológica, produzindo sentidos a partir da memória.

Em linhas gerais, a narrativa biográfica, como gênero e subgêneros híbridos, mobilizando técnicas narrativas e de investigação de diferentes campos, está inscrita, além das relações de poder constitutivas do discurso, no princípio da disciplina,

conforme definida por Foucault ([1971] 2004), ou seja, como um dos processos internos que organizam os dizeres, ordenam e ditam sua circulação.

Em cada período da história, de acordo com as condições de produção, a narrativa biográfica delimita um campo possível de verdade, bem como os métodos, as proposições consideradas verdadeiras, as regras que a definem e a tornam aceita dentro de um determinado campo, como sendo um espaço de verdade e de formas de humanizar um relato.

Referências

ALMEIDA, Eliana. **Discurso religioso: um espaço simbólico entre o céu e a terra**. 2000. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270706>. Acesso em: 26 mar. 2020.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Revista de Estudos Históricos**. v. 10, n. 19, 1997, p. 83-97. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2038/1177>. Acesso em: 12 mar. 2020.

CLIFFORD, James. Introduction. In: CLIFFORD, James (Org.) **Biography as an art: selected criticism (1560-1960)**. Nova York: Oxford University Press, 1962, p. 9-21.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FREUD, Sigmund. **Moisés e o monoteísmo**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

LUKÀCS, Georg. **Le roman historique**. Paris: Payot, 1977.

MARIN, Louis. **Le portrait du roi**. Paris: Minuit, 1981.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Les origines de la biographie em Grèce ancienne**. Strasbourg : Circe, 1991.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

ORLANDI, Eni. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (Orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2010, p. 11-31.

ORMANEZE, Fabiano. **Do jornalismo literário ao científico**: biografia, discurso e representação. Campinas: Pontes, 2015.

ORMANEZE, Fabiano. **O sujeito de palavra**: a representação do político e da república em narrativas biográficas da revista *piáu*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Campinas, SP, 2019. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/335700/1/Ormaneze_Fabiano_D.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões e deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 19. Campinas: Unicamp, 1990, p. 07-24.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas: Unicamp, 2010.

PENNETIER, Claude. Le dictionnaire bio du mouvement ouvrier. **Genèses**, n. 14, 1994, p. 147-169.

SANTOS, Georgina Silva. São Luís: o retorno da historiografia francesa à biografia. *Tempo*, v. 6, n. 11, 2001, p. 261-266. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/resenhas/res11-1.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SOCHA, Alexandre. Manuscrito de Freud faz leitura psicanalítica inédita da figura de Cristo. **Folha de S. Paulo**, 09 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/06/manuscrito-de-freud-faz-leitura-psicanalitica-inedita-da-figura-de-cristo.shtml>. Acesso em: 05 mar. 2020.

WEINBERG, Steve. **Telling the untold story**: how investigative reporters are changing the craft of biography. Columbia: University of Missouri Press, 1992.

ABSTRACT:

This article relates the notion of production conditions, as defined by the French Discourse Analysis, and the history of the constitution of biographical genres as linguistic materiality. The aim is to understand how the production conditions, by including the subject and circumstances, and producing images about the present and the past of characters, build a notion of humanization in each moment of history, considering the main biographical texts cited by historians of the genre. Thus, we seek to verify how, despite the transparency with which the word "humanization" has been used in studies in the area of Communication, this notion is the result of imaginary projections built by ideology and based on the discursive memory of biographical and journalistic genres.

KEYWORDS: Humanization; Production conditions; Discourse; Biographical genres.

RESUMEN:

Este artículo relaciona la noción de condiciones de producción, según definida por el Análisis de Discurso Francés, y la historia de la constitución de los géneros biográficos como materialidad lingüística. El objetivo es comprender de qué modo las condiciones de producción, al comportar al sujeto y las circunstancias, produciendo imágenes sobre el presente y el pasado de personajes, construyen una noción de humanización en cada momento de la historia, considerando los principales textos biográficos citados por historiadores del género. De este modo, se busca verificar cómo, a pesar de la transparencia con que la palabra «humanización» ha venido siendo utilizada en estudios del área de Comunicación, esa noción es fruto de proyecciones imaginarias construidas por la ideología y sedimentadas en la memoria discursiva de los géneros biográficos y periodísticos.

PALABRAS CLAVE: Humanización; Condiciones de producción; Discurso; Géneros biográficos.